

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO: uma análise entre alunos/as de escola militar e não militar

SILVA, Geovanna Carolyne Oliveira da¹; VIANA, Karliane Pinto²; SILVA, Nadna Nayla Belfort³; SILVA, Jeanderson Ferreira⁴; SANTOS, Alan Jhones da Silva⁵

¹Estudante do Curso de Licenciatura em Química - UEMA, Campus São Luís; e-mail: bioquimicageovanna@gmail.com

²Estudante do Curso de Licenciatura em Química - UEMA, Campus São Luís; e-mail: karlianeviana.kpv31@gmail.com

³Estudante do Curso de Licenciatura em Química - UEMA, Campus São Luís; e-mail: nadnanay90@gmail.com

⁴Estudante do Curso de Licenciatura em Química - UEMA, Campus São Luís; e-mail: jeanderson-fsilva@hotmail.com

⁵Docente/Pesquisador do grupo de pesquisa ENCEX - UEMA, Campus São Luís; e-mail: ajhones07@gmail.com

PALAVRAS CHAVE: Escolas militares; Escolas não militares; Índice de desenvolvimento.

1. Introdução e Justificativa

A ideia de implementação e expansão do ensino militar no país ainda é cercado de dúvidas, principalmente quanto seu regimento, considerado autoritário. Ainda mais no contexto educacional atual em que se pretende a formação de alunos/as com maior autonomia, criticidade, engajamento e participação de sua própria construção social. As discordâncias são inúmeras, por parte dos pais, dos profissionais da educação, da gestão pública, e dos interesses políticos. Desde setembro de 2019, está em vigor o Decreto N^o 10.004, que institui o programa nacional de militarização de escolas.

A ideia de ter uma escola militar era algo pleiteado desde os primeiros tempos do Brasil, cujo objetivo era o de educar os filhos dos servidores do Exército e da Armada. Depois de muitas tentativas, em 1889, Tomás Coelho, ex Ministro da Agricultura, Comércio e Indústria, conseguiu a criação do primeiro Colégio Militar, no Rio de Janeiro, a partir do Decreto n^o 10.202. (BENTO, 1995). Reações contrárias quanto aos novos estabelecimentos de ensino sempre estiveram presentes, sendo por razões políticas ou não, nesse

interim, escolas militares foram abertas e logo depois fechadas, entre idas e vindas seu funcionamento nem sempre agregava a função social da escola, estava mais voltada para a preparação à vida militar (BENTO, 1995).

Nos dias atuais, o cenário brasileiro ainda apresenta um resistência quanto a aceitação das escolas militares, especialmente por parte dos educadores. Porém uma expansão gradual se tem percebido, no qual Goiás é o maior representante da quantidade de escolas militares, com 46 instituições.

No Maranhão, existe um total de 16 escolas militares, cuja gestão é tanto da Polícia Militar como do Corpo de Bombeiros em parceria com a Secretaria de Estado e Municipais de Educação. A Lei Ordinária Nº 10.664, de 28 de agosto de 2017, é a mais recente que dispõe sobre a normalização, estruturação e o funcionamento dos Colégios Militares. Segundo a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão - SEDUC, são mais de 11 mil alunos matriculados, de acordo com o último censo escolar.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo investigar o perfil acadêmico dos alunos/as de escolas militares analisando-os frente ao desenvolvimento das não militares, tendo em vista o Decreto Nº 10.004 de 5 de setembro de 2019, que visa militarizar 216 escolas em 4 anos, cerca de 10% das escolas públicas. Nosso intuito não é de desmerecer essa ou aquela escola, mas apontar elementos que nos possibilite compreender o impacto e a ação desse decreto no ensino público brasileiro, pois reiteramos que a formação humana é, sobretudo, essencial para o desenvolvimento da sociedade e do país. Também de trazer mais reflexões para o tema, visto que ainda pairam muitos questionamentos quanto as diretrizes do ensino militar.

2. Objetivos

Diante do exposto, objetivou-se realizar uma análise qualitativa comparativa do desenvolvimento acadêmico de alunos/as de escolas militares e não militares, afim de traçar um perfil que possam fomentar alguns questionamentos quanto ao impacto da implementação do Decreto Nº 10.004, no sistema educacional brasileiro vigente.

3. Metodologia

A abordagem da pesquisa é de natureza qualitativa aplicada, visto que busca-se um aprofundamento na compreensão de uma situação prática. Nesse tipo de abordagem não há uma iminente necessidade em quantificar e sim buscar compreender, a partir de dados qualificáveis, a realidade de determinados fenômenos, a partir da percepção dos diversos atores sociais (GIL, 1999; CERVO; BERVIAN, 2002).

Com isso, o instrumento utilizado consiste em um questionário composto com dez questões objetivas envolvendo as três áreas do conhecimento (Exatas e Naturais, Humanas e Linguagens), tendo como opcional para os alunos a escolha de uma das duas disciplinas, sendo elas: Inglês ou Espanhol. Esse instrumento foi escolhido com intuito de avaliar o nível de conhecimento dos alunos/as.

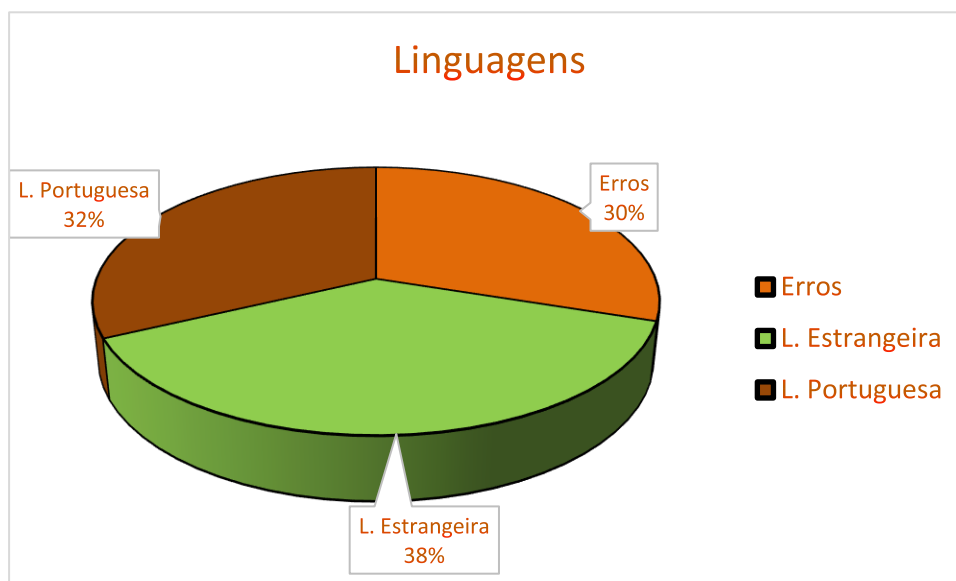
O público-alvo para a realização da coleta de dados foram os alunos/as da escola C.E Joaquim Gomes de Sousa localizada no bairro da Cohab Anil I e do Colégio Militar Tiradentes localizada na vila Palmeira, ambas na cidade de São Luís, onde foram avaliados o nível de conhecimento dos mesmos via questionário. Com base no levantamento dos dados obtidos foram analisados e discutidos alguns resultados a seguir.

4. Resultados e Discussão

A partir das informações obtidas, será demonstrado o desempenho em relação aos alunos/as das escolas militares e não militares. As áreas observadas, por questionário foram: Exatas e Naturais, Humanas e Linguagens.

Escolas Militares

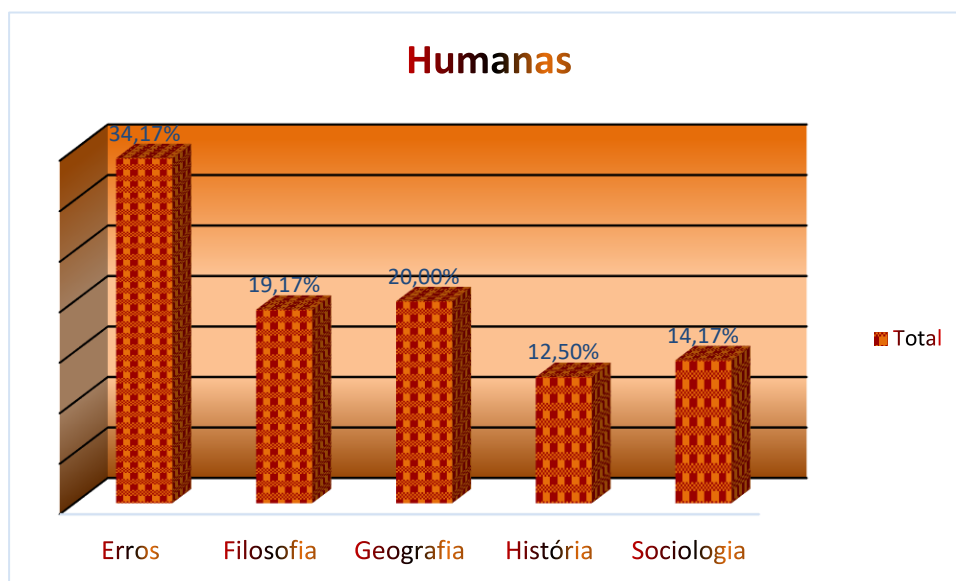
Figura 1: desempenho em Linguagens dos alunos/as de escolas militares.



Fonte: Próprios autores.

Neste gráfico é possível observar que, na área de Linguagens, os alunos/as da escola militar acertaram 32% das questões de Língua Portuguesa e 38% das questões de Língua Inglesa somando o percentual de 70% de acertos. Os 30% restantes foram os erros nas respostas das questões.

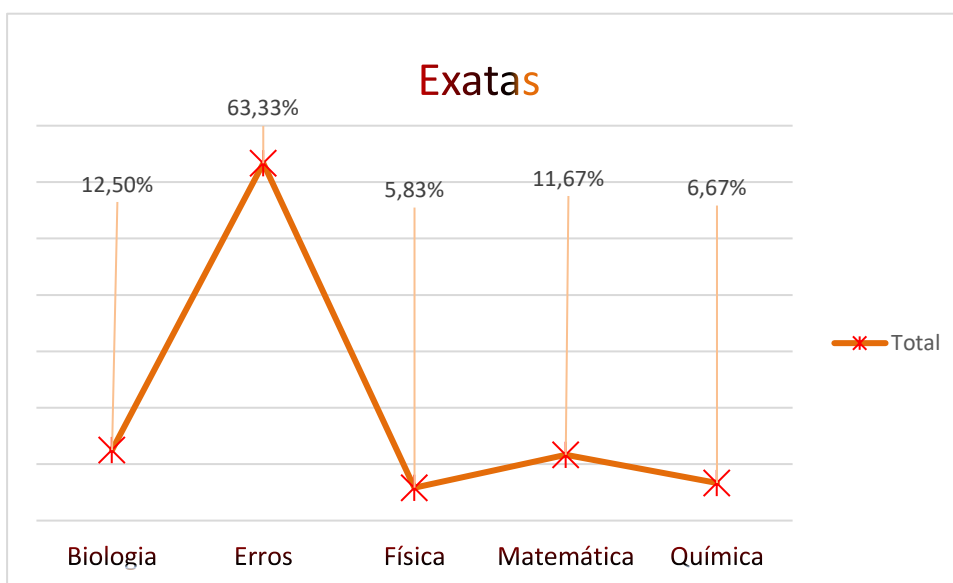
Figura 2: Desempenho em Humanas dos alunos/as de escolas militares.



Fonte: Próprios autores.

Neste gráfico conclui -se que os alunos/as da escola militar, de 120 questões da área de Humanas acertaram 19,17% das questões de filosofia, 20% das questões de geografia, das questões de história acertaram 12,5% e 15,17% das questões de sociologia, somando 65,84% de acertos no total. Sendo assim a porcentagem de erros nas respostas das questões foi de 34,17%, sendo os 34,17% os erros cometidos pelos alunos nessa área, entre as 120 questões aplicas.

Figura 3: Desempenho em Exatas dos alunos/as de escolas militares.

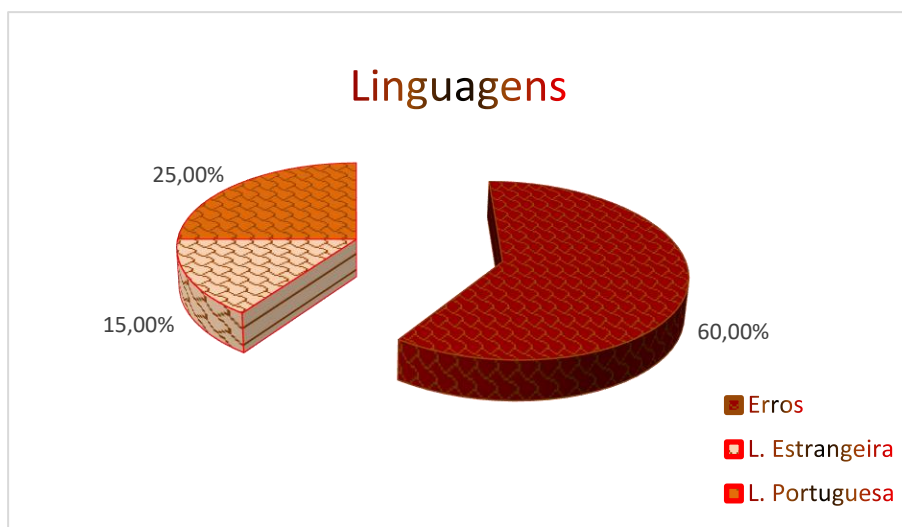


Fonte: Próprios autores.

Em exatas, segundo o gráfico e dados do quantitativo de questões já mencionado, chega-se à conclusão que das 120 questões, os alunos/as acertaram 12,5% das questões de biologia, 5,83% das questões de física, 11,67% das questões de matemática e 6,67% das questões de química, somando uma totalidade de 36,67% de acertos e 63,33% de erros nas respostas das questões.

Escolas Públicas Não Militares

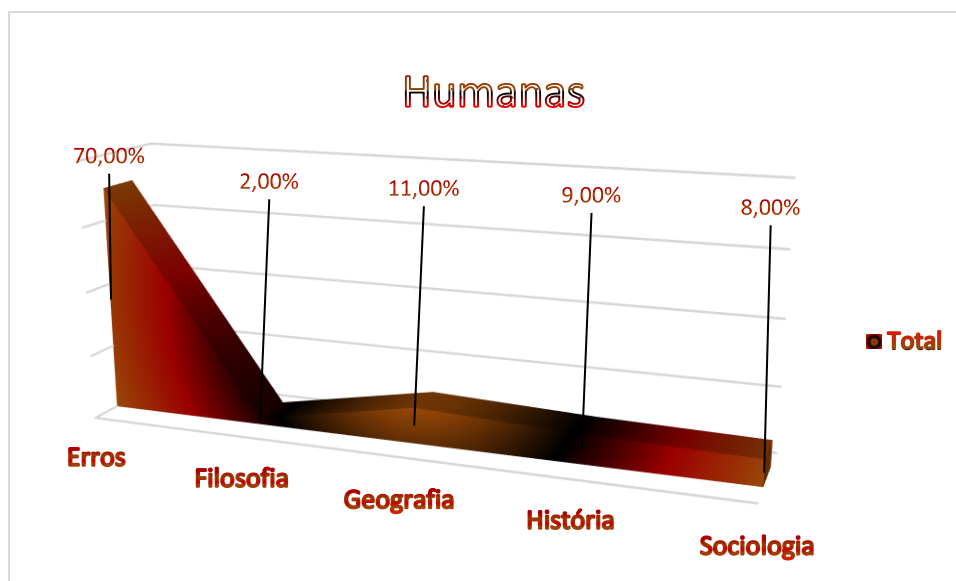
Figura 4: Desempenho em Linguagens dos alunos/as de escolas não militares.



Fonte: Próprios autores.

Observando o gráfico conclui-se que das 120 questões de Linguagens aplicadas aos alunos/as de escolas públicas não militares, apenas 15% das questões de Língua Estrangeira foram acertadas, também foram acertadas 25% das questões de Língua Portuguesa, somando-se 40% de acertos e os 60% restantes são a totalidade de erros.

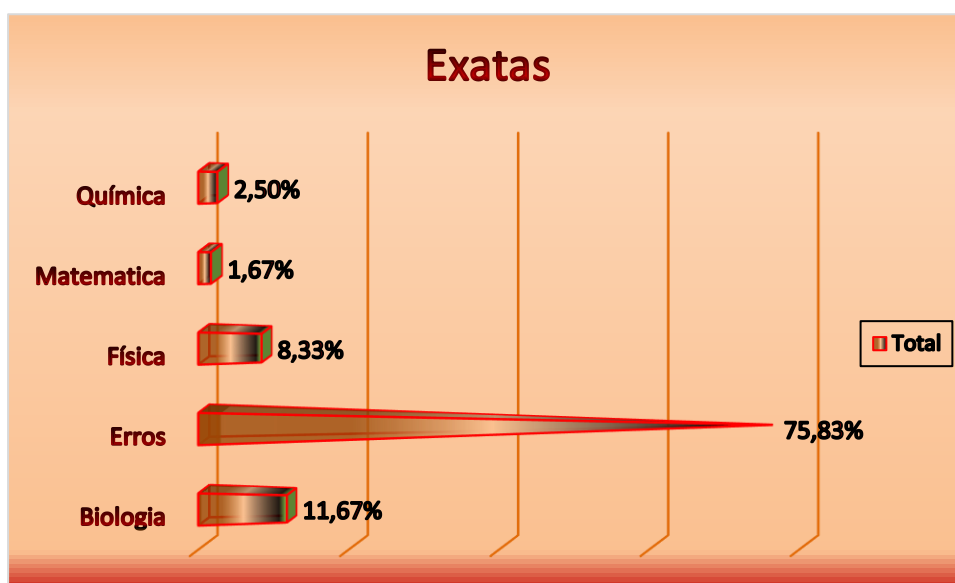
Figura 5: Desempenho em Humanas dos alunos/as de escolas não militares.



Fonte: Próprios autores.

Em relação aos alunos/as das escolas públicas não militares e com o mesmo quantitativo de questões aplicadas aos alunos da escola militar, consuma-se que os alunos acertaram 2% das questões de Filosofia, somente 11% das questões de Geografia foram acertadas, 9% das questões de História e 8% de acertos nas de Sociologia tendo em questão que os 70% foram de erros dos alunos nessa respectiva área.

Figura 5: Desempenho em Exatas dos alunos/as de escolas não militares.



Fonte: Próprios autores.

Diante dos resultados observados no gráfico dos alunos da escola não militar, conclui-se que houve 2,5% de acertos nas questões de Química, 1,67% de acertos nas de Matemática, bem como 8,33% nas questões da disciplina de Física e 11,67% nas questões de Biologia, sendo que os 75,83% foram dos erros dentre as 120 questões aplicadas.

5. Considerações finais

Do ponto de vista pedagógico, o currículo das escolas militares é orientado por valores e tradições do Exército e das Armadas, tendo como meta possibilitar que o aluno incorpore valores inerentes a estas carreiras. As escolas militares analisadas, conseguem implementar uma gestão pedagógica de forma a permitir uma maior autonomia no desenvolvimento

cognitivo dos alunos/as. Essa gestão partilhada, com maior disciplina, possibilita um maior desenvolvimento educativo, como podemos perceber no resultados mostrados.

Já as escolas públicas não militares, que não possuem essa natureza disciplinar no grau das militares, a gestão é democrática, possibilitando a realização de diversas práticas pedagógicas, que possibilitam uma formação completa, porém que parece distanciar um pouco mais o aluno/a de forçar na aquisição do conhecimento cognitivo, fator que pode explicar o baixo rendimento dos alunos/as oriundos de escola não militar na presente pesquisa.

Outrossim, cabe destacar, que a pesquisa, não tem a finalidade de apontar qual escola é melhor ou não. A ideia central, é a partir desta demonstração qualitativa, apontar caminhos para aprimorar o rendimento dos alunos que encontram-se nas escolas não militares e traçar um parâmetro de reflexão do que pode obter de melhor nas escolas militares frente ao Decreto Nº 10.004, de 2019, do Ministério da Educação.

6. Referências

BENTO, C. M. As origens dos colégios militares no Brasil. **Revista HYLOEA do CMPA**. Ano 1995, p. 5/6.

BRASIL. Decreto Nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, set. 2002.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

ESTEVES, Diniz. **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília: EME, 1996.

GADOTTI, MOACIR., **Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito**. 13ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARANHÃO. Secretaria de Transparência e Controle. **LEI Nº 10.664, DE 28 DE AGOSTO DE 2017**.